



Formulador de políticas governamentais, David Halpern

Conselheiro político de confiança, levando experimentação formal e insights comportamentais para governos, primeiro no Reino Unido e atualmente em diversos países

Para mim, as principais conclusões são: 1) uma expansão vertiginosa para superar o atraso é necessária para outros setores que tenham a intenção de alcançar o setor da saúde em todos os aspectos da produção, compartilhamento e uso de evidências; 2) um mecanismo global é necessário para que os governos encomendem conjuntamente sínteses de evidências – não apenas para evitar a duplicação – e para que um conjunto de produtores de bens públicos globais responda com produtos de evidências de alta qualidade e de forma oportuna; e 3) a “capacidade de absorção” nos governos e órgãos profissionais precisa ser construída. Estou tanto entusiasmado como impaciente com respeito a esses pontos.

No primeiro ponto, precisamos expor a fragilidade de nossa base de evidências em muitas áreas, mas também destacar de uma forma mais positiva o que será possível quando a tivermos construído. A COVID-19 ilustra esses dois lados – um avanço incrível e rápido em alguns domínios, mas também algumas lacunas sérias. Isso nos leva à nossa **recomendação 2** – todos devemos prestar atenção quando uma alegação está sendo feita e perguntar sobre a qualidade e a aplicabilidade das evidências em que a alegação se baseia. Saiba demandar melhor!

Passando ao segundo ponto, precisamos trazer à luz as perguntas para as quais os departamentos governamentais deveriam saber as respostas, mas não sabem – ou, dito de outra forma, precisamos identificar as áreas de política e prática que estão “construídas na areia”. Tivemos algum sucesso nessa linha no Reino Unido, com o que chamamos de “áreas de interesse de pesquisa”. Essas questões de interesse dos departamentos governamentais agora ajudam a moldar a agenda de financiamento de pesquisa da Agência de Pesquisa e Inovação do Reino Unido (£8 bilhões por ano). Isso se conecta à nossa **recomendação 5** sobre tornar os sistemas de suporte de evidências de governos mais adequados à finalidade. Também precisamos de um mecanismo de coordenação global para responder a essas questões, gerando, sintetizando e compartilhando evidências. Seria uma rede global de *What Work Centres* (aproveitando o que já temos no Reino Unido), mas outros países podem querer usar um nome diferente para a rede. A rede global pode ajudar a abordar a desigual cobertura e qualidade das evidências disponíveis, e a duplicação desnecessária que vemos agora com cada país agindo por conta própria (ou tirando proveito de investimentos de outros). Isso se conecta à nossa **recomendação 24**, dirigida a financiadores.

O último ponto refere-se à fragilidade das instituições cujos conselhos políticos são vistos como definitivos. A verdade alarmante é que, em grandes áreas de política e prática, estamos tropeçando no escuro. As avaliações robustas são raras. Ao mesmo tempo, os formuladores de políticas tendem ao excesso de confiança. Guias técnicos, como o Livro Magenta do Reino Unido sobre a elaboração de avaliações e o Livro Verde sobre como avaliar políticas, programas e projetos, são um bom ponto de partida. Precisamos de mais equipes e parcerias, consultores científicos e órgãos consultivos no governo para o suporte de evidências adequado à finalidade (**recomendações 6-8**), e as correspondentes melhorias nas organizações profissionais (**recomendação 12**). A construção da capacidade de avaliação, como a nova Força-Tarefa de Avaliação do Reino Unido, é especialmente importante para a construção de evidências juntamente com a capacidade de utilizá-las. Em algum momento gostaria de ver os conselheiros políticos seniores sendo selecionados, avaliados periodicamente e comparados internacionalmente em referência à capacidade de compreender e usar evidências. O relatório da Comissão de Evidências reúne essas ideias, junto com muitas orientações de como colocá-las em prática.